

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Declaração Anual do Contador Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas 4º Trimestre de 2022

I - DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- *Falta de conciliação bancária*
- *Falta de remessa de mapa gerencial da dívida ativa*
- *Falta ou atraso de remessa de RMA ou RMB*
- *Apropriação de despesas fora do período de competência*
- *Receitas registradas fora do período de competência*
- *Falta/restrrição da conformidade de registro de gestão*
- *Falta atualização da dívida ativa e respectivas provisões*
- *Falta de avaliação de bens móveis/imóveis/intangíveis/outros*
- *Saldo de bens móveis não confere com RMB*
- *Bens imóveis não classificados como uso especial*
- *Falta/evolução incompatível de depreciação do ativo imobilizado*
- *Falta/evolução incompatível de amortização do ativo intangível*
- *Saldo alongado/indevido em contas de controle*
- *Saldo alongado/indevido em contas transitórias do passivo circulante*
- *Despesas do exercício pagas com recursos de restos a pagar*
- *Falta de reconhecimento de bens imóveis*

Florianópolis, 27 de janeiro de 2022.

Neuton Alcedir de Lima Amaral
CRC/SC nº 025304/O-3

1 – Apresentação

A Universidade Federal de Santa Catarina é uma Autarquia Federal, com sede em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, fundada em 18 de dezembro de 1960, com o objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma história de mais de 60 anos, a UFSC tem a “missão de produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico” e, para tanto, oferece diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Possui cinco campi: Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville. Os do interior foram instituídos em 2009 com recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Ministério da Educação (MEC), em um processo de expansão da Universidade para outras regiões em Santa Catarina. Exceto Blumenau, que foi criado em 2013.

Cerca de 50 mil pessoas circulam diariamente em seus espaços, entre professores, técnicos administrativos em Educação, alunos de todos os níveis de ensino e comunidade externa. Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Orçamento, em 2021 a UFSC contava com 5.660 servidores (2.654 docentes e 3.006 técnico-administrativos em Educação); 1.087 alunos da educação básica; 31.898 matriculados em 119 cursos de graduação (107 presenciais e 12 a distância); 8.246 estudantes nos cursos *stricto sensu* (19 mestrados profissionais, 69 mestrados acadêmicos e 59 doutorados); e 2.938 matriculados em seis especializações. Na última avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduações, realizada pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram conceituados com notas 6 e 7 – as mais altas – 20 dos 71 programas avaliados, e 60,5% deles obtiveram nota igual ou superior a 5.

A UFSC possui 611 grupos de pesquisa, reunindo professores, técnicos e estudantes, que desenvolvem 3.555 projetos e publicam milhares de publicações em revistas científicas mundo afora. Tem destaque também a extensão, que atualmente realiza 23.901 iniciativas com impacto direto na sociedade. Além da expansão no próprio país, a UFSC tem se internacionalizado por meio da parceria com instituições de ensino de todo o mundo. Há, atualmente, 366 acordos de cooperação com instituições de todos os continentes.

Seu comprometimento com a excelência faz com que alcance altos níveis de qualificação, confirmados pelos últimos rankings nacionais e internacionais, como o da Times Higher Education (THE), que apontou que a UFSC é a sexta melhor universidade da América Latina e a quarta colocada entre as instituições brasileiras. Foram avaliadas 197 universidades de 13 países em 13 indicadores, que medem o desempenho de uma instituição em ensino, pesquisa, citações, transferência de conhecimento e perspectiva internacional.

De acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2021, a UFSC é a quarta melhor universidade federal do país e a quinta no ranking geral. O IGC de 4,14 pontos, de cinco possíveis, coloca a instituição catarinense

entre as universidades consideradas de excelência pelo MEC. A UFSC é uma das 15 universidades brasileiras a atingir a faixa 5 do IGC¹.

2 – Base de preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em sua 9ª edição, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

3 – Resumo das políticas contábeis significativas aplicadas

Os critérios e política contábeis estão em consonância com as normas contábeis vigentes e são resumidas a seguir, por grupo de contas patrimoniais.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São evidenciados, nesse grupo, depósitos bancários, aplicações de recursos da conta única do tesouro e limite de saque (valores da conta única disponíveis para pagamento, por meio de ordem bancária). Os valores são mensurados pelo custo, acrescidos de eventuais rendimentos de aplicação, quando de moeda nacional. Os valores em moeda estrangeira, se houver, são convertidos em moeda nacional, na data da publicação do balanço. Os rendimentos de valores aplicados são registrados em contas de resultado.

¹ Fonte: página institucional na internet.

b) Demais créditos e valores a curto prazo

Representam os valores pagos a título de adiantamentos de salário, de férias e de gratificação natalina, bem como de eventuais rendimentos de aplicação em conta única já calculados, mas ainda não creditados. São avaliados pelo seu valor original, na data do pagamento, nos casos de adiantamentos, e com base no valor apurado no decêndio, no caso dos rendimentos de aplicação.

c) Estoques

Os estoques são constituídos de materiais para diversas finalidades, como de expediente, de limpeza, produtos farmacêuticos e peças de reposição. Incluem também materiais para manutenção predial e gêneros de alimentação, no caso do restaurante universitário e do colégio de aplicação. São mensurados pelo custo de aquisição e movimentados pelo método do custo médio ponderado móvel. Os estoques obtidos a título gratuito, doações, são reconhecidos com base no valor justo.

d) Bens móveis

Compreende os bens que possuem existência física e que podem ser transportados por movimento próprio ou por força alheia, sem alteração de substância ou de destinação econômico-social. Esse grupo é composto por mobiliário, equipamentos de laboratório e hospitalar, equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação, veículos de tração mecânica, embarcações, instrumentos musicais, equipamentos de orientação e de medição, entre outros. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo tributos, fretes, seguros, custo de instalação e de treinamento, bem como eventuais gastos com desembaraço aduaneiro. Quando da incorporação de bens oriundos do exterior, os custos de aquisição são convertidos pela taxa de câmbio aplicável a cada gasto, tal como taxa de fechamento da operação de câmbio. Bens obtidos a título gratuito são reconhecidos com base no valor justo.

Importante ressaltar que os saldos das contas contábeis de bens móveis, no SIAFI, não estão conciliados com os saldos do sistema de patrimônio. Isso porque o setor de patrimônio não tem encaminhado o RMB, ao final de cada mês, devido a falhas e inconsistências no sistema de patrimônio. Houve a migração de dados do sistema antigo de controle patrimonial para o atual em 2010, mas, na época, não foram comparados os saldos dos dois sistemas, porque o antigo não dispunha de relatórios. Foi criada uma comissão multissetorial, em 2015, para tentar resolver as pendências do sistema e viabilizar o RMB, além da depreciação, mas a rotina foi interrompida logo no segundo mês de 2015, porque as divergências entre o RMB e a movimentação das contas no SIAFI, e mesmo as movimentações no próprio sistema de patrimônio, não conseguiram ser explicadas pelo setor de patrimônio, nem pelo setor de tecnologia da informação. Esse assunto será retomado e melhor explicado no item g).

e) Bens imóveis

São evidenciados, nesse grupo, os bens de uso especial, destinados e utilizados nas prestações de serviços públicos pela instituição, tais como terrenos, edificações, parques, fazendas, museus, entre outros. São mensurados, inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, atualizados com base nos critérios estabelecidos pela

Secretaria do Patrimônio da União – SPU que consiste, segundo o inciso IV do art. 2º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, na “alocação sistemática dos valores da acessão e do terreno, com base na variação dos valores do CUB (custo unitário básico) e da PVG (planta de valores genérica), respectivamente”.

f) Intangível

Composto por licenças de softwares, na sua maioria, o grupo intangível é mensurado com base no valor original, incluindo o custo do principal e demais gastos necessários para que o ativo possa ser utilizado, conforme pretendido pela instituição. Em geral, os intangíveis são obtidos em transações com contraprestação, mas se ocorrer incorporação de um ativo intangível sem contraprestação, a base de mensuração deve ser pelo valor justo.

g) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação dos bens imóveis é determinado na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 e segue o Método da Parábola de Kuentzle, conforme equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Segundo o § 1º do art. 7º dessa Portaria, “Para fins da depreciação, a vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis”.

A Portaria também determina que, até que sejam desenvolvidas funcionalidades sistêmicas relativas à depreciação e atualização automática dos imóveis da União, devem ser repassadas, mensalmente, por parte da SPU, as estimativas de depreciação dos bens imóveis de uso especial, por RIP e Unidade Gestora.

Já a depreciação de bens móveis, segue os critérios estabelecidos na macrofunção SIAFI 020330, de acordo com a tabela de vida útil e de valor residual, item 6.3 da macrofunção, para conta contábil. Os bens são depreciados a partir do mês seguinte ao da incorporação e a depreciação mensal de cada bem passa a compor o total a depreciar, até que o valor bruto, deduzido da depreciação acumulada, seja igual ao valor residual.

Vale ressaltar que a rotina de depreciação de bens móveis foi iniciada em 2015, somente para os bens incorporados a partir de 2010 (os anteriores deveriam passar por reavaliação antes de serem depreciados), mas foi logo em seguida interrompida. Na época, foi criada uma comissão multissetorial, a fim de identificar as condições do sistema e do controle patrimonial e sugerir a forma de implantação da rotina. Detectou-se que o sistema de controle patrimonial apresentava inconsistências nos valores pelos quais bens anteriormente registrados em outro sistema foram migrados, em 2010, para o

atual. A comissão atuou junto ao setor de tecnologia da informação para tentar mitigar essas inconsistências, mas não foi possível atestar a eficácia dessa resolução, uma vez que o sistema antigo não dispunha de relatórios, para se comparar com os do sistema atual, considerando-se, ainda, que existiam duas bases no sistema anterior, que foram mescladas. Além disso, os saldos do SIAFI não estavam conciliados com os dos sistemas de patrimônio, pois a rotina de envio de RMB, como informado no item d), não estava implementada, o que agravava a dificuldade em comparar saldos.

Apesar disso, e considerando que a contabilidade deve registrar um fato, mesmo que haja razoável certeza de sua ocorrência, foi iniciado o lançamento da depreciação, em janeiro de 2015. Considerou-se, na época, e com base nos achados da Comissão, que a base para cálculo da depreciação mais adequada era aquela constante no sistema de patrimônio atual, já que seriam depreciados apenas os bens incorporados a partir de 2010, já no novo sistema. Assim, mesmo que os valores do sistema de patrimônio e do SIAFI não estivessem conciliados, presumiu-se, nesse primeiro momento, que o sistema de patrimônio era a melhor fonte de obtenção desses dados. No entanto, logo nos dois primeiros meses de 2015, verificou-se que o sistema de patrimônio apresentava inconsistências no RMB, então ele deixou de representar uma base confiável, mesmo que de forma razoável, dados os indícios de incorreções recorrentes. Por causa disso, a rotina de depreciação foi interrompida e até o encerramento do exercício de 2022 não foi retomada.

Os bens intangíveis também não estão sendo amortizados, pela mesma razão apresentada para os bens móveis. Houve um esforço para segregar os intangíveis de vida útil definida e os de vida útil indefinida, de forma a garantir que somente os de vida definida sejam amortizados, mas esses bens são também tombados no sistema de patrimônio, portanto sujeitos às mesmas inconsistências relatadas.

h) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist. a pagar a curto prazo

Grupo que evidencia as obrigações decorrentes gastos com pessoal ativo, inativo e pensionista, decorrentes de contratos de trabalho pelo regime estatutário ou de contratações temporárias. São mensurados com base no valor apurado em sistema próprio do Governo Federal, o que implica mensuração pelo valor original, na maioria dos casos, tais como proventos mensais, e com base em critérios específicos, como, por exemplo, valores pagos a partir de decisões judiciais, em que se observa o cômputo do gasto conforme o determinado na sentença.

i) Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Representa os valores remanescentes a pagar a fornecedores, no encerramento do exercício. São mensurados com base no valor original, apurado na liquidação do empenho, e geralmente não são atualizados, já que o pagamento ocorre de forma regular e no vencimento. Eventuais valores a pagar sem cobertura orçamentária são mensurados a partir de faturas emitidas até o final do exercício, deduzidos dos saldos de empenho a liquidar, para cada contrato.

j) Demais obrigações a curto prazo

Esse grupo inclui retenções em folha de pagamento, tais como tributos, planos de previdência, empréstimos consignados, planos e seguros, contribuições para associações, entre outros. Fazem parte, também, do grupo, transferências financeiras a comprovar (TED), precatórios e cauções. São mensurados pelo valor original e atualizados, conforme o caso, a taxa de correção aplicável, como por exemplo, os valores de precatórios a vencer no próximo exercício.

k) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist. a pagar a longo prazo

O grupo é composto, geralmente, de precatórios trabalhistas. É mensurado, inicialmente, pelo valor original, e é atualizado conforme correção determinada em sentença judicial.

l) Demais obrigações a longo prazo

Composto, geralmente, de precatórios de terceiros. É mensurado, inicialmente, pelo valor original, e é atualizado conforme correção determinada em sentença judicial.

m) Contas de resultado

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são reconhecidas quando, respectivamente, for provável que benefícios econômicos ou potenciais de serviços decorrentes da transação fluirão para a entidade e, no caso das diminutivas, for provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a entidade. Em geral, são reconhecidos pelo princípio da competência, mas há situações em que isso não ocorre, atualmente.

Algumas receitas próprias não estão sendo reconhecidas no fato gerador, mas apenas por ocasião do recebimento. É o caso, principalmente, dos aluguéis de espaços públicos. Não existe uma rotina de envio, por parte dos setores que promovem o controle da arrecadação dos aluguéis, de relatório mensal para conciliação. Desta forma, as receitas somente são contabilizadas no SIAFI quando do recebimento. Pretende-se solucionar essa inconsistência no próximo exercício, pois houve transição da gestão em meados de 2022 e não houve tempo hábil, até o encerramento do exercício.

Existem também incorporações de bens sem contraprestação que não são evidenciadas quando os fatos ocorrem. O setor de patrimônio enfrenta dificuldades em tomba e registrar bens obtidos a título gratuito, por falhas nos fluxos para tombamento. Atualmente, há o represamento de processos pendentes de incorporação, o que implica em atraso no envio dessas informações para a contabilidade, ocasionando o reconhecimento extemporâneo de receitas por doações de bens recebidos. Quando isso ocorre, o registro da variação patrimonial aumentativa se dá diretamente em conta do patrimônio líquido, como ajuste de exercícios anteriores.

No caso das despesas, algumas também não estão sendo evidenciadas no fato gerador. Da mesma forma que ocorre com as doações recebidas, existe um represamento de processos de baixa de bens móveis. O fluxo para o desfazimento de bens é complexo e passa por muitos setores, mas há indícios também de falhas nos controles internos que

dificultam o envio, por parte do setor de patrimônio, das informações acerca das baixas de bens, implicando no registro contábil extemporâneo.

Por outro lado, algumas despesas acabam superavaliadas, em cada mês, pela ausência de ajuste ou de estorno, em decorrência de ressarcimentos. Em se tratando de reembolso de pessoal cedido, não existe, atualmente, uma rotina de envio, pelo setor de recursos humanos, de relatório em que sejam evidenciados os servidores, os montantes pagos, os órgãos para os quais foram cedidos e os vencimentos. A ausência desse relatório ocasiona a majoração das despesas com pessoal, uma vez que o estorno da despesa só ocorre por ocasião do recebimento. Situação semelhante ocorre também com o ressarcimento de água e energia elétrica, no caso dos contratos de aluguel, pela razão já exposta.

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são reproduzidas a seguir, sem prejuízo da publicação oficial, na página da instituição, com o intuito de facilitar a compreensão das notas explicativas.

Balço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2022	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA	EMISSÃO	24/01/2023	PÁGINA	1
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	197.155.713,22	141.861.954,59	PASSIVO CIRCULANTE	672.568.078,61	558.799.732,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	129.890.331,90	134.822.742,41	Obrigações Trab., Priv. e Assal. a Pagar a Curto Prazo	157.737.444,16	130.503.347,72
Créditos a Curto Prazo	4.270.580,07	4.480.887,35	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	42.326.660,26	28.725.396,66
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.994.201,25	2.558.324,77	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPOs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	472.503.974,19	399.570.588,43
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.102.606.370,12	1.024.659.157,45	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	4.283.338,32
Ativo Realizável a Longo Prazo	108.495,12	108.495,12	Obrigações Trab., Priv. e Assal. a Pagar a Longo Prazo	-	4.134.566,10
Créditos a Longo Prazo	108.495,12	108.495,12	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	108.495,12	108.495,12	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	149.372,22
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	672.568.078,61	563.083.671,13
Investimentos do RPPG de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPG de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPG	-	-		2022	2021
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	1.097.417.344,35	1.019.178.305,12	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	409.696.731,52	377.761.699,62	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	457.871.301,78	425.976.923,19	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-48.174.570,26	-48.215.223,57	Resultados Acumulados	567.194.004,73	602.837.440,85
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-91.861.299,58	-30.953.098,35
Bens Imóveis	687.721.212,83	641.417.205,50	Resultados de Exercícios Anteriores	602.837.440,85	495.133.766,98
Bens Imóveis	699.781.064,98	697.167.608,75	Ajustes de Exercícios Anteriores	56.217.863,46	138.656.772,22
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-12.059.852,15	-55.750.403,25	(-) Apóses / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	567.194.004,73	602.837.440,85
Intangível	5.079.950,65	4.771.757,21			
Softwares	5.071.950,65	4.763.777,21			
Softwares	5.071.950,65	4.763.777,21			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			

Continua...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	2022	PERIODO	Anual
EMISSAO	24/01/2023	PAGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	7.980,00	7.980,00			
Direitos de Uso de Imóveis	7.980,00	7.980,00			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.239.762.083,34	1.165.921.111,98	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.239.762.083,34	1.165.921.111,98

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	129.890.531,90	134.822.742,41	PASSIVO FINANCEIRO	230.423.582,90	268.225.970,42
ATIVO PERMANENTE	1.109.871.151,44	1.031.098.369,57	PASSIVO PERMANENTE	929.356.198,03	424.830.863,37
			SALDO PATRIMONIAL	479.982.302,41	472.864.278,19

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	251.820.427,60	328.899.318,44	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.291.496.457,10	1.237.424.395,11
Atos Potenciais Ativos	251.820.427,60	328.899.318,44	Atos Potenciais Passivos	1.291.496.457,10	1.237.424.395,11
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Convidados e Outros Instrumentos Cong	251.450.326,55	328.529.217,39	Obrigações Convidadas e Outros Instrumentos C	2.520,00	2.520,00
Direitos Contratuais	370.101,05	370.101,05	Obrigações Contratuais	1.291.493.937,10	1.237.421.875,11
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	251.820.427,60	328.899.318,44	TOTAL	1.291.496.457,10	1.237.424.395,11

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-41.875.054,84
Recursos Vinculados	-58.657.596,16
Educação	-11.767.777,93
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-43.052.157,90
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-1.105.469,46
Alienação de Bens e Direitos	78.374,49
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	-2.810.565,35
TOTAL	-100.532.651,00

Demonstração das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	2022	PERIODO	Anual
EMISSAO	24/01/2023	PAGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.383.027,87	417.541,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.452.879.908,26	2.616.163.890,99
Pessoal e Encargos	1.100.287.195,16	1.167.848.197,48
Remuneração a Pessoal	894.975.474,77	938.928.981,84
Encargos Patronais	178.070.767,48	180.627.085,49
Benefícios a Pessoal	34.941.900,44	34.210.924,43
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.309.042,46	4.073.145,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	671.070.887,84	706.407.660,24
Aposentadorias e Reformas	571.005.562,31	609.578.321,64
Pensões	82.746.727,34	78.129.868,24
Benefícios de Prestação Contínua	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.318.677,99	17.699.360,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	284.927.202,86	247.486.896,94
Uso de Material de Consumo	14.423.070,76	4.287.712,72
Serviços	248.381.947,41	241.781.041,22
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.622.184,79	1.416.831,40
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	166,10	167,14
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	156,10	157,14
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	218.234.186,74	219.618.487,16
Transferências Intra governamentais	217.989.790,16	219.278.721,96
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	147.120,57	135.377,97
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	90.668,48	97.462,58
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.607,53	7.934,64
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	136.884.713,98	138.428.207,32
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	135.874.079,34	139.390.117,44
Desincorporação de Ativos	10.635,02	36.089,88

Continua...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA	EMISSÃO 24/01/2023	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas			-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas			2.383.027,87	417.541,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			2.432.879.908,28	2.610.163.860,98
Pessoal e Encargos			1.100.287.186,16	1.167.840.137,48
Remuneração a Pessoal			884.975.474,77	938.528.981,84
Encargos Patronais			178.070.787,48	180.627.086,49
Benefícios a Pessoal			34.941.900,44	34.210.924,43
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos			2.309.042,46	4.073.145,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			871.876.987,84	706.407.686,24
Aposentadorias e Reformas			571.005.562,31	609.578.331,64
Pensões			82.746.727,34	78.129.868,24
Benefícios de Prestação Continuada			-	-
Benefícios Eventuais			-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda			-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais			17.318.677,99	17.699.360,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			284.327.202,88	247.486.686,54
Uso de Material de Consumo			14.423.070,76	4.287.712,72
Serviços			248.381.947,41	241.781.041,22
Depreciação, Amortização e Exaustão			1.522.184,79	1.416.831,40
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			168,10	167,14
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos			-	-
Juros e Encargos de Moeda			156,10	157,14
Variações Monetárias e Cambiais			-	-
Descontos Financeiros Concedidos			-	-
Aportes ao Banco Central			-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			-	-
Transferências e Delegações Concedidas			218.234.188,74	218.618.487,16
Transferências Intragovernamentais			217.989.790,16	219.278.721,96
Transferências Intergovernamentais			-	-
Transferências a Instituições Privadas			147.120,57	135.377,97
Transferências a Instituições Multigovernamentais			-	-
Transferências a Consórcios Públicos			-	-
Transferências ao Exterior			90.668,48	97.462,58
Execução Orçamentária Delegada a Entes			-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas			6.607,63	7.934,64
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			136.884.719,38	138.428.207,82
Reavaliação, Redução à Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas			-	-
Perdas com Alienação			-	-
Perdas Involuntárias			-	-
Incorporação de Passivos			135.874.078,34	139.390.117,44
Desincorporação de Ativos			10.635,02	36.089,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA	EMISSÃO 24/01/2023	PÁGINA 3
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			2022	2021
Tributárias			1.201.878,64	1.211.237,88
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			726.179,68	823.201,76
Contribuições			475.698,86	388.036,22
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados			-	-
Custo das Mercadorias Vendidas			-	-
Custo dos Produtos Vendidos			-	-
Custo dos Serviços Prestados			-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			41.863.817,77	38.283.487,71
Premiações			-	2.797,00
Resultado Negativo de Participações			-	-
Operações da Autoridade Monetária			-	-
Incentivos			41.782.034,51	39.204.305,59
Subvenções Econômicas			-	-
Participações e Contribuições			-	-
Constituição de Provisões			-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas			81.583,26	56.385,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO			-81.881.296,68	-38.863.088,36

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			2022	2021

Balço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2022	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - ALTAQUÍUA	EMISSÃO	24/01/2023	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	38.746.921,00	38.746.921,00	38.484.646,18	-2.261.376,84
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	8.048.467,00	8.048.467,00	4.641.828,88	-1.608.628,32
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.233.056,00	5.233.056,00	3.613.139,55	-1.619.916,45
Valores Mobiliários	815.401,00	815.401,00	528.789,13	113.386,13
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	2.125.000,00	2.125.000,00	2.003.748,70	-121.260,30
Receita Industrial	462.500,00	462.500,00	136.486,27	-317.054,73
Receitas de Serviços	29.889.508,00	29.889.508,00	28.281.820,37	-1.407.587,63
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	29.689.508,00	29.689.508,00	28.281.520,37	-1.407.587,63
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	430.456,00	430.456,00	1.631.481,14	1.191.025,14
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	255,01	255,01
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	150.456,00	150.456,00	1.469.898,88	1.319.442,88
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	280.000,00	280.000,00	61.327,25	-218.672,75
RECEITAS DE CAPITAL	18.116,00	18.116,00	78.479,00	63.364,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	18.116,00	18.116,00	78.479,00	63.364,00
Alienação de Bens Móveis	16.115,00	16.115,00	79.475,00	63.364,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2022	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - ALTAQUÍUA	EMISSÃO	24/01/2023	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integração do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	38.762.038,00	38.762.038,00	38.674.024,18	-2.188.011,84
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	38.762.038,00	38.762.038,00	38.674.024,18	-2.188.011,84
DEPÓSITO	-	-	-	-
TOTAL	38.762.038,00	38.762.038,00	1.887.681.797,88	1.843.819.781,88
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	6.787.376,00	-	-6.787.376,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	7.202.673,00	-	-
Créditos Cancelados	-	-1.435.298,00	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.887.627.690,00	1.892.794.986,00	1.868.886.698,87	1.812.333.822,46	1.773.724.876,64	-74.180.833,87
Pessoal e Encargos Sociais	1.683.302.983,00	1.682.883.203,00	1.648.882.760,64	1.648.882.760,64	1.642.628.018,38	33.810.462,48
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	224.224.897,00	210.191.782,00	218.102.848,23	203.450.871,82	231.096.858,18	-108.091.086,38
DESPESAS DE CAPITAL	8.427.826,00	8.827.826,00	20.696.198,11	8.983.860,80	6.337.826,71	-11.868.674,11
Investimentos	8.427.826,00	8.827.826,00	20.696.198,11	8.983.860,80	6.337.826,71	-11.868.674,11
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.896.055.516,00	1.901.722.812,00	1.889.582.897,98	1.821.317.683,26	1.780.062.703,35	-86.869.207,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	1.896.055.516,00	1.901.722.812,00	1.889.582.897,98	1.821.317.683,26	1.780.062.703,35	-86.869.207,88

Continua...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2022	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA	EMISSÃO	24/01/2023	PÁGINA	3
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	1.896.866.216,00	1.801.722.690,00	1.887.681.787,88	1.818.987.279,28	1.779.882.801,26	-86.869.207,88

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	23.064.282,43	76.818.881,47	91.626.966,33	88.832.037,38	1.482.244,14	8.278.882,40
Pessoal e Encargos Sociais	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23.064.282,43	76.818.881,47	91.326.966,33	88.732.037,38	1.482.244,14	8.278.882,40
DESPESAS DE CAPITAL	16.884.826,17	14.416.690,68	17.980.683,98	17.870.830,60	877.211,80	12.362.378,33
Investimentos	16.884.826,17	14.416.690,68	17.980.683,98	17.870.830,60	877.211,80	12.362.378,33
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	39.949.108,60	91.235.572,15	109.607.650,31	106.702.867,98	2.359.455,94	20.641.260,73

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.147.188,36	133.318.348,86	132.427.236,28	2.816.380,29	1.221.921,66
Pessoal e Encargos Sociais	-	111.114.332,16	111.114.332,16	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.147.188,36	22.204.016,70	21.312.903,11	2.816.380,29	1.221.921,66
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.738.863,02	1.738.863,02	-	-
Investimentos	-	1.738.863,02	1.738.863,02	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	3.147.188,36	135.057.211,88	134.166.099,30	2.816.380,29	1.221.921,66

Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2022	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA	EMISSÃO	24/01/2023	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	38.674.024,16	28.276.708,83	Despesas Orçamentárias	1.887.681.787,88	1.888.286.618,68
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.212.384.808,67	1.211.309.647,77
Vinculadas	38.789.802,09	30.696.034,81	Vinculadas	776.188.889,41	728.976.870,81
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	17.240.475,89	12.013.886,31
Alocação de Bens e Direitos	79.479,00	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	215.287.230,62	418.635.026,69
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	39.720.123,09	30.696.034,81	Previdência Social (RPPS)	490.652.595,72	243.670.393,38
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3.226.677,93	-4.519.324,98	Alocação de Bens e Direitos	16.115,00	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	52.010.502,19	53.656.564,43
Transferências Financeiras Recebidas	2.196.889.408,87	2.180.916.828,79	Transferências Financeiras Concedidas	217.880.186,40	218.278.603,21
Resultantes da Execução Orçamentária	2.092.061.171,59	2.036.991.355,34	Resultantes da Execução Orçamentária	216.365.926,44	216.867.507,59
Repasso Recebido	1.875.739.702,92	1.820.137.055,40	Repasso Concedido	44.457,77	13.208,05
Sub-repasso Recebido	216.321.468,67	216.854.299,94	Sub-repasso Concedido	216.321.468,67	216.854.299,94
Independentes da Execução Orçamentária	103.628.237,28	143.924.471,45	Independentes da Execução Orçamentária	1.494.258,96	2.411.995,22
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	100.186.454,95	139.207.412,40	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	228.963,12	274.322,40
Demais Transferências Recebidas	335.056,94	7.950,00	Demais Transferências Concedidas	337.520,34	787,98
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.116.726,09	4.709.109,05	Movimento de Saldos Patrimoniais	927.775,50	2.136.884,84
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	211.900.112,96	224.679.624,21	Pagamentos Extraorçamentários	243.083.379,22	278.789.404,40
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	139.334.472,01	131.536.999,07	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	134.164.218,28	123.886.671,85
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	69.184.524,72	90.034.275,06	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	106.920.667,96	155.109.835,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.868.243,65	927.200,59	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.866.882,32	972.896,71
Outros Recebimentos Extraorçamentários	912.871,98	2.182.049,49	Outros Pagamentos Extraorçamentários	129.604,76	-
Arrecadação de Outra Unidade	912.871,98	2.134.002,95	Demais Pagamentos	129.604,76	-
Demais Recebimentos	-	48.046,54	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	134.822.742,41	140.286.107,87	Saldo para o Exercício Seguinte	129.890.831,90	134.822.742,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	134.822.742,41	140.286.107,87	Caixa e Equivalentes de Caixa	129.890.831,90	134.822.742,41
TOTAL	2.678.388.288,60	2.672.167.188,60	TOTAL	2.678.388.288,60	2.672.167.188,60

Demonstração do Fluxo de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2022	PERIODO Anual
EMISSAO 24/01/2023	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.034.148,72	22.866.687,72
INGRESSOS	2.234.876.070,38	2.210.300.788,60
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	3.813.138,66	2.408.113,08
Receita Agropecuária	2.003.748,70	1.144.084,80
Receita Industrial	136.486,27	36.988,88
Receita de Serviços	28.281.820,37	23.617.208,81
Remuneração das Disponibilidades	928.789,13	846.082,04
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.631.481,14	-1.872.768,81
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.188.480.626,20	2.184.026.078,87
Ingressos Extraorçamentários	1.868.243,65	927.200,59
Transferências Financeiras Recebidas	2.195.699.409,57	2.180.915.826,79
Arrecadação de Outra Unidade	912.871,98	2.134.002,95
Demais Recebimentos	-	48.046,54
DESEMBOLSOS	-2.214.840.920,84	-2.187.886.188,78
Pessoal e Demais Despesas	-1.821.468.013,41	-1.791.029.289,47
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-4.229.614,63	-7.532.101,99
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-3.180.500,00	-6.622.993,29
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-2.825.009,76	-
Previdência Social	-649.795.235,15	-631.761.248,39
Saúde	-58.958.989,51	-68.271.500,06
Trabalho	-	-
Educação	-1.074.185.091,45	-1.042.446.385,84
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-1.234.379,96	-3.572.006,50
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-656.812,00
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-155.167,96
Ciência e Tecnologia	-2.969.301,90	-1.746.112,66
Agricultura	-276.800,00	-13.000,00
Organização Agrária	-252.000,00	-1.726.567,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2022	PERIODO Anual
EMISSAO 24/01/2023	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2022	2021
Indústria	-145.240,00	-77.983,00
Comércio e Serviços	-2.278.625,00	-1.070.750,00
Comunicações	-	-
Energia	-249.840,00	-
Transporte	-20.673.712,05	-24.878.577,02
Desporto e Lazer	-164.836,00	-442.408,28
Encargos Especiais	-50.835,60	-65.675,48
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-178.825.234,76	-178.413.488,39
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-173.387.445,70	-176.180.658,84
Outras Transferências Concedidas	-237.789,05	-232.840,55
Outros Desembolsos Operacionais	-218.868.872,48	-228.262.398,82
Despêndios Extraorçamentários	-1.866.882,32	-972.836,71
Transferências Financeiras Concedidas	-217.860.185,40	-219.275.503,21
Demais Pagamentos	-129.604,76	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-24.866.880,23	-28.088.940,28
INGRESSOS	78.478,00	-
Alienação de Bens	78.478,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-25.045.438,23	-28.088.940,28
Aquisição de Ativo Não Circulante	-18.743.813,16	-24.428.428,48
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-6.301.625,08	-3.642.638,80
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.831.810,61	-6.463.386,68
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	134.822.742,41	140.288.107,87
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	129.990.931,80	134.822.742,41

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2022	PERIODO DEZ (Aberto)
EMISSAO 24/01/2023	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	-	-	-	-	-	495.133.766,98	-	-	495.133.766,98
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	138.666.772,22	-	-	138.666.772,22
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-30.953.098,35	-	-	-30.953.098,35
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Lucros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - R/UCS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	-	-	-	-	-	602.837.440,85	-	-	602.837.440,85

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	602.837.440,85	-	-	602.837.440,85
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	47.478.482,77	-	-	47.478.482,77
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	9.060.970,43	-	-	9.060.970,43
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-91.861.299,58	-	-	-91.861.299,58
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Lucros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - R/UCS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	567.515.594,47	-	-	567.515.594,47

III - NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas foram elaboradas para facilitar a compreensão das demonstrações contábeis, em complemento, mas sem esgotar as possibilidades de análise. Representam uma ferramenta para elucidar aspectos dos relatórios contábeis publicados que precisam ser pormenorizadas, tais como valores relevantes dentro dos grupos de contas, bem como para relatar informações que, se ausentes, podem dificultar a correta compreensão das demonstrações contábeis.

Para melhor elucidar os usuários das informações contábeis, são apresentadas, a seguir, as notas explicativas por tema, geralmente coincidindo com os grupos de contas do Balanço Patrimonial. Apesar dessa estrutura, as informações podem vir correlacionadas com outros demonstrativos, tais como DVP, BF, DMPL etc., quando possuem relevância informacional em mais de um relatório ou para melhor compreensão da informação prestada em cada nota explicativa.

1. Ativo

Conta Contábil	2022			2021			ÓRGÃO	
	150232	153163	ÓRGÃO	150232	153163	ÓRGÃO	AH	AV
110000000 ATIVO CIRCULANTE	14.202.001,15	122.953.712,07	137.155.713,22	13.841.957,60	128.019.996,93	141.861.954,53	-3,32%	11,06%
120000000 ATIVO NÃO CIRCULANTE	45.473.563,84	1.057.132.806,28	1.102.606.370,12	42.254.525,44	981.804.632,01	1.024.059.157,45	7,67%	88,94%
TOTAL	59.675.564,99	1.180.086.518,35	1.239.762.083,34	56.096.483,04	1.109.824.628,94	1.165.921.111,98	6,33%	100%

Fonte: Siafi2022 e 2021

A variação total do ativo representa a variação do patrimônio da instituição como um todo, ou seja, tem a mesma variação do passivo, somado ao patrimônio líquido. Nesse sentido, houve um crescimento de 6,33%, de 2021 para 2022, principalmente por causa da variação positiva do ativo não circulante, 7,67%, que compensou uma redução de 3,32% do ativo circulante. São apresentadas, a seguir, análises mais pormenorizadas dessas variações.

1.1. Ativo circulante

Conta Contábil	2022			2021			ÓRGÃO	
	150232	153163	ÓRGÃO	150232	153163	ÓRGÃO	AH	AV
111000000 CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	14.124.287,82	115.766.644,08	129.890.931,90	13.765.193,32	121.057.549,09	134.822.742,41	-3,66%	94,70%
113000000 DEMAIS CRÉD. VAL. CP	77.713,33	4.192.866,74	4.270.580,07	76.764,28	4.404.123,07	4.480.887,35	-4,69%	3,11%
115000000 ESTOQUES	-	2.994.201,25	2.994.201,25	-	2.558.324,77	2.558.324,77	17,04%	2,18%
TOTAL	14.202.001,15	122.953.712,07	137.155.713,22	13.841.957,60	128.019.996,93	141.861.954,53	-3,32%	100%

Fonte: Siafi2022 e 2021

Apesar da variação negativa do grupo Ativo Circulante, houve crescimento de 17,04%, no grupo estoques. Essa variação positiva é resultado, em parte, de aumento no volume de compras, mas não somente. Essa questão será melhor analisada na nota explicativa 1.1.2.

1.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Conta Contábil	2022			2021			ÓRGÃO	
	150232	153163	ÓRGÃO	150232	153163	ÓRGÃO	AH	AV
111110206 CTU - RECURSOS APLICADOS	-	9.296.919,00	9.296.919,00	-	9.082.429,87	9.082.429,87	2,36%	7,16%
111122001 LIMITE DE SAQUE COM VINC.	168.103,32	8.099.555,57	8.267.658,89	228.996,85	8.003.381,95	8.232.378,80	0,43%	6,37%
111122003 LIMITE DE SAQUE VINC. OFSS	13.956.184,50	98.370.169,51	112.326.354,01	13.536.196,47	103.971.737,27	117.507.933,74	-4,41%	86,48%
TOTAL	14.124.287,82	115.766.644,08	129.890.931,90	13.765.193,32	121.057.549,09	134.822.742,41	-3,66%	100%

Fonte: Siafi2022 e 2021

Durante o exercício de 2022, ocorreram situações de cortes tanto no orçamento quanto na liberação de recursos financeiros. Com isso, o esperado é haver uma queda relevante, no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, mas a redução não foi tão expressiva. Isso se deve, principalmente, do volume de despesas obrigatórias, cerca de 98%, que possibilitou que o total do orçamento executado, nos últimos quatro anos, se mantivesse em torno de R\$ 2 bilhões de reais. As variações negativas, nesse grupo, portanto, são resultado um maior volume de pagamentos feitos no exercício, como por exemplo, de precatórios de pessoal e de terceiros e de fornecedores.

1.1.2. Estoques

Conta Contábil	2022			2021			ÓRGÃO	
	150232	153163	ÓRGÃO	150232	153163	ÓRGÃO	AH	AV
115610100 MATERIAIS DE CONSUMO	-	2.662.360,99	2.662.360,99	-	2.555.998,99	2.555.998,99	4,16%	88,92%
115810301 MERC. PARA DOAÇÃO	-	331.840,26	331.840,26	-	2.325,78	2.325,78	14,2 mil %	11,08%
TOTAL	-	2.994.201,25	2.994.201,25	-	2.558.324,77	2.558.324,77	17,04%	100%

Fonte: Siafi2022 e 2021

Os estoques de material de consumo evidenciam os valores remanescentes em almoxarifado, no final de cada exercício. São produtos como materiais de expediente, de limpeza, de reposição (peças), medicamentos de farmácias setoriais, entre outros. Houve variação positiva de 4,16%, mas isso se deve apenas ao saldo remanescente, no final do exercício. Ao se observar os valores constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais, percebe-se que houve um aumento de 236,38% no consumo dos estoques. Essa variação se deve, principalmente, pela retomada das aulas e do atendimento presencial, no exercício de 2022.

Os estoques de mercadorias para doação representam as compras de alimentos para merenda escolar do Colégio de Aplicação do Campus Universitário Trindade, na Capital de Santa Catarina. Essa conta representa a maior variação percentual, com crescimento de mais de 14 mil %. Essa variação não evidencia, necessariamente, maior consumo. Deve-se ao fato de o almoxarifado do Colégio de Aplicação não encaminhar o RMA, no final de cada mês, o que ocasiona o acúmulo, na conta, de produtos já consumidos. A baixa efetiva é feita apenas por inventário, rotina que necessita ser revista e adequada, nos moldes dos procedimentos aplicáveis aos demais almoxarifados.

1.2. Ativo não circulante

No ativo não circulante, são evidenciados valores que têm realização ou expectativa de realização após o encerramento do exercício seguinte. Porém, não significa que não afetem o exercício corrente, já que, por mais que o valor principal de cada item, contido nas contas, tenha um prazo de execução mais alongado, efeitos como atualização desses valores têm reflexo no resultado. São exemplos disso a depreciação, a amortização e a exaustão de valores do ativo permanente, mas também atualização de valores que representam investimentos, depósitos judiciais, entre outros.

1.2.1. Depósitos judiciais

A conta 121210603 – Depósitos judiciais efetuados possui um saldo de R\$ 108.495,12, referente a pagamento de depósito judicial, conforme Ofício da justiça 310022106881, por rescisão do Contrato n.º 257/2020 (Processo 23080.043479/2020-83), em razão do falecimento do titular. O pagamento foi feito em dezembro de 2021 e o saldo não sofreu alteração, em 2022, aguardando o desfecho judicial.

1.2.2. Imobilizado

Dentro desse grupo, são evidenciados os bens permanentes, que possuem substância física, e são utilizados pela entidade no atingimento de seus objetivos institucionais. A seguir, são apresentados os valores que tiveram maior influência, no final do exercício de 2022.

1.2.2.1. Bens móveis

Conta Contábil	2022			2021			ÓRGÃO	
	150232	153163	ÓRGÃO	150232	153163	ÓRGÃO	AH	AV
123110103 EQUIP MED,ODONT,LAB HOSP	35.747.542,12	55.866.432,78	91.613.974,90	32.676.503,72	50.278.265,98	82.954.769,70	10,44%	22,36%
123110201 EQUIP TECN INFORM COM/TIC	2.815.338,67	90.832.048,88	93.647.387,55	2.815.338,67	83.259.106,43	86.074.445,10	8,80%	22,86%
123110303 MOBILIARIO EM GERAL	1.854.348,95	40.761.694,57	42.616.043,52	1.854.348,95	38.168.111,80	40.022.460,75	6,48%	10,40%
123110506 EMBARCACOES		2.151.504,10	2.151.504,10		76.470,97	76.470,97	2,7 mil %	0,53%
123110703 ADIANT P INVERS BENS MOV	313.123,80	41.921.711,68	42.234.835,48	313.123,80	36.004.647,46	36.317.771,26	16,29%	10,31%
123111000 SEMOVENTES		5.896,86	5.896,86		24.972,32	24.972,32	-76,39%	0,00%
123119905 BENS MOVEIS EM TRANSITO		0,06	0,06		6.607,59	6.607,59	-100%	0,00%
123119908 BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	973.637,46	66.113.473,67	67.087.111,13	973.637,46	66.113.473,67	67.087.111,13	0,00%	16,37%
DEMAIS BENS MÓVEIS	6.550.344,66	111.964.203,52	118.514.548,18	6.550.344,66	106.861.969,71	113.412.314,37	4,50%	28,93%
TOTAL BRUTO	48.254.335,66	409.616.966,12	457.871.301,78	45.183.297,26	380.793.625,93	425.976.923,19	7,49%	111,7%
123810100 DEPREC ACUM - BENS MOVEIS	-4.312.005,78	-43.862.564,48	-48.174.570,26	-4.312.005,78	-43.903.217,79	-48.215.223,57	-0,08%	-11,76%
TOTAL LÍQUIDO	43.942.329,88	365.754.401,64	409.696.731,52	40.871.291,48	336.890.408,14	377.761.699,62	8,45%	100%

Fonte: Siaf2022 e 2021

Como se observa, as principais influências, nesse grupo, são de bens classificados como Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, que representa 22,86%

do total e teve uma variação positiva de 8,8%, em 2022, Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares, com 22,36% do total e uma variação positiva de 10,44%, e Mobiliário em geral, representando 10,4% do grupo e variação positiva de 6,48%, em relação ao ano anterior. Mas, há também uma conta que tem participação relevante, nesse grupo, mas que representa controvérsia, no que diz respeito ao seu saldo.

Parte expressiva do grupo, 16,37%, é atribuída à conta 123119908 Bens móveis a classificar. Essa conta não teve variação no período e se refere, quase exclusivamente, a valores lançados de forma automática, em janeiro de 2020, nos montantes de R\$ 65.650.941,81, na UG 153163, além de um valor de R\$ 973.637,46, na UG 150232, em virtude de saldos existentes nas contas de controle, relativas a bens de terceiros, no encerramento do exercício de 2019. No entendimento da STN (novo procedimento estabelecido em manual, macrofunção SIAFI 021134, a partir de 2020), bens de terceiros devem ser registrados como bens próprios, no ativo de quem os tem depositados. Essa interpretação não está em linha, no entender dessa contabilidade, com os princípios e normas de contabilidade vigentes, para o setor público. Bens de terceiros são, em geral, bens disponibilizados a outrem para uso, sem que sejam transferidos propriedade nem controle.

Assim, somente nos casos em que, na prática, esses bens de terceiros, e a despeito do que diz o contrato respectivo, se tornam controlados, de forma relevante, por quem detém a posse é que esses bens deveriam ser tratados como ativo, prevalecendo da essência sobre a forma. Seria necessário analisar cada caso, não sendo possível alocar todo o valor registrado em contas de controle como bens pertencentes ao ativo da UFSC. Além disso, o registro desses bens no ativo deveria ser feito (se aplicável) em conjunto com a correspondente baixa no ativo da instituição que detém a propriedade dos bens, para respeitar as regras de consolidação de balanços públicos e para evitar duplicidades, mas esse procedimento complementar não foi realizado ou, ao menos, não foi evidenciado pela STN. Existe ainda outro impeditivo, para esse lançamento automatizado, que diz respeito à falta de conciliação dos saldos de bens móveis na UFSC, sejam eles próprios ou de terceiros, devido à falta de envio do RMB pelo setor de patrimônio, no final de cada mês, o que implica dizer que não há garantia de que os saldos existentes no SIAFI sejam realistas. Essas inconsistências indicam que não existe base razoável ou confiável para o procedimento contábil que realizou o registro do saldo a classificar.

Outras três contas apresentaram variação expressivas, no grupo Bens Móveis, e, apesar de pouco relevantes no total do grupo, merecem ser evidenciadas. A conta 123110506 Embarcações sofreu uma variação positiva de 2,7 mil %, em razão do recebimento, em doação, de um veleiro de 20,82m de comprimento. Já as variações negativas ocorreram nas contas 123111000 Semoventes, com redução na conta de 76,39%, em decorrência de baixa de bovinos leiloados, e 123119905 Bens móveis em trânsito, que teve variação negativa de quase 100%, pelo registro da chegada dos bens, por parte das instituições beneficiadas pela cessão.

No que se refere à depreciação de bens móveis, essa rotina não está sendo executada, atualmente, e as razões para isso podem ser melhor compreendidas consultando o item 3, g), da parte I, desse documento. Com isso, as únicas variações nessa conta dizem respeito a baixa de bens, por leilão, descarte ou outros motivos, quando esses bens

possuíam saldo de depreciação registrado no sistema de patrimônio, como resquícios dos lançamentos feitos no início de 2015, antes da descontinuidade dessa rotina, como anteriormente relatado.

1.2.2.2. Bens imóveis

Conta Contábil	2022			2021			ÓRGÃO		
	150232	153163	ÓRGÃO	150232	153163	ÓRGÃO	AH	AV	
123210102	EDIFÍCIOS	-	33.000.000,00	33.000.000,00	-	33.000.000,00	33.000.000,00	0,00%	4,80%
123210103	TERRENOS/GLEBAS	-	1.295.037,75	1.295.037,75	-	1.295.037,75	1.295.037,75	0,00%	0,19%
123210107	IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	-	290.194.598,24	290.194.598,24	-	290.194.598,24	290.194.598,24	0,00%	42,20%
123210109	FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	-	10.988.183,41	10.988.183,41	-	10.988.183,41	10.988.183,41	0,00%	1,60%
123210601	OBRAS EM ANDAMENTO	956.321,01	313.147.911,47	314.104.232,48	956.321,01	310.682.455,24	311.638.776,25	0,79%	45,67%
123210605	ESTUDOS E PROJETOS	-	42.660.755,33	42.660.755,33	-	42.660.755,33	42.660.755,33	0,00%	6,20%
123210700	INSTALAÇÕES	301.000,00	7.237.257,77	7.538.257,77	153.000,00	7.237.257,77	7.390.257,77	2,00%	1,10%
	TOTAL	1.257.321,01	698.523.743,97	699.781.064,98	1.109.321,01	696.058.287,74	697.167.608,75	0,37%	101,7%
123810200	DEPREC ACUM - BENS IMOVEIS	-	-12.059.852,15	-12.059.852,15	-	-55.750.403,25	-55.750.403,25	-78,37%	-1,75%
	TOTAL LÍQUIDO	1.257.321,01	686.463.891,82	687.721.212,83	1.109.321,01	640.307.884,49	641.417.205,50	7,22%	100%

Fonte: Siafi2022 e 2021

A conta mais expressiva do grupo é a 123210601 Obras em andamento, representando 45,67%. Nesse saldo devem ser evidenciados os gastos acumulados de obras que estão em curso, mas existe parcela significativa do saldo que se refere a obras já concluídas que estão pendentes de registro no SPIUNet. O departamento responsável pelo registro e atualização dos bens não está enviando, atualmente, relatórios mensais para conciliação. Além da falta do envio desse relatório, também está pendente o registro de obras já encerradas (com saldo superavaliado em Obras em Andamento) e as atualizações dos imóveis já registrados.

No que diz respeito à depreciação dos bens imóveis, houve uma variação negativa de 78,4%, mas essa variação não é decorrente de baixa de depreciação por desfazimento de bens imóveis. A depreciação relativa a imóveis é atribuição da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, que promove o cálculo e envia para a Coordenação Geral de Contabilidade (UG 170999) realizar o lançamento contábil no SIAFI. Em 2022, além dos lançamentos mensais da depreciação, ocorreu também um ajuste para regularizar erros de cálculo de depreciação em exercícios anteriores, em que a depreciação calculada, em cada mês, estava considerando, não o acréscimo (ou a cota mensal), mas o saldo total acumulado, em cada mês. Isso ocasionou crescimento exponencial do saldo de depreciação de bens imóveis em períodos anteriormente encerrados e foi objeto de regularização contábil, pela SPU, no exercício de 2022, o que explica a variação negativa. O valor estornado foi de R\$ 45.212.735,89, o que atualizaria o saldo inicial de 2022 para R\$ 10.537.667,36, fazendo com que a variação real da conta de depreciação de bens imóveis tenha sido, ao invés de negativa, um crescimento de 14,45%.

1.2.3. Intangível

Conta Contábil	2022			2021			ÓRGÃO	
	150232	153163	ÓRGÃO	150232	153163	ÓRGÃO	AH	AV
124110101 SOFTWARES (vida útil definida)	192.866,73	3.652.043,07	3.844.909,80	192.866,73	3.652.043,07	3.844.909,80	0,00%	75,69%
124110102 SOFTW FASE DE DESENVOLV		267.000,00	267.000,00			-	N/A	5,26%
124110201 SOFTWARES (vida útil indefinida)	81.046,22	878.994,63	960.040,85	81.046,22	837.821,19	918.867,41	4,48%	18,90%
124310101 DIREITO DE USO BENS IMOVEIS		7.980,00	7.980,00		7.980,00	7.980,00	0,00%	0,16%
TOTAL	273.912,95	4.806.017,70	5.079.930,65	273.912,95	4.497.844,26	4.771.757,21	6,46%	100%

Fonte: Siafi2022 e 2021

O saldo mais representativo, nesse grupo, se refere a softwares com vida útil definida, quase 76% do total, e não sofreu variação, em 2022. O segundo saldo mais expressivo diz respeito a softwares com vida útil indefinida, quase 19%, e aumentou 4,48%, em relação ao ano anterior. No entanto, o saldo de duas outras contas não deveriam existir. Dizem respeito a erros de lançamento e esses erros afetaram não apenas as contas nas quais estão evidenciadas, mas também na conta de softwares com vida útil indefinida.

A conta 124110101 Software em desenvolvimento possui saldo decorrente de erro de contabilização. No momento da liquidação, foi informada a conta contábil incorreta, já que, na verdade, não se trata de pagamentos para desenvolvimento de um software, mas a aquisição de um software pronto e com licença vitalícia. Já a conta 124310101 Direito de uso de Bens imóveis apresenta saldo desde 2018, decorrente de erro de lançamento, e também se trata de aquisição de software pronto e com licença vitalícia. Se considerarmos esses dois valores, teremos que o verdadeiro saldo inicial da conta representativa de softwares com vida útil indefinida é de R\$ 926.847,41, enquanto que o saldo final revela um montante de R\$ 1.235.020,85, perfazendo uma variação positiva de 33,25%, em relação ao exercício de 2021.

Esses erros foram detectados somente na análise, após o fechamento da contabilidade, em 17 de janeiro de 2023, quando não era mais possível realizar os ajustes no sistema SIAFI2022. Essas inconsistências não foram detectadas antes porque não está havendo a conciliação mensal de bens móveis, de bens imóveis, de intangíveis e das respectivas depreciação e amortização, como já relatado. A falta desses relatórios de fechamento mensal impede a conciliação contábil e a detecção de eventuais erros de lançamento, ou mesmo da falta de contabilização de fatos ocorridos. Soma-se a isso o fato de ter ocorrido troca de gestão, em meados de 2022, quando assumiram novos diretores e contador titular do departamento de contabilidade, que precisaram, além de buscar informações sobre o panorama da contabilidade e das rotinas e controles, realizar diversas rotinas imprescindíveis, responder a auditorias e participar de reuniões com setores que interagem com a contabilidade. São transformações nos controles internos que são complexas, considerando inclusive o porte da instituição. Contudo, os erros vão sendo, aos poucos, detectados, bem como as falhas nos controles internos que possibilitaram ou o erro ou a não detecção dele, com consequente implementação de medidas de mitigação dessas inconsistências.

No que se refere à amortização, essa rotina não está sendo realizada, atualmente, e as razões para isso podem ser melhor compreendidas no item 3, g), da parte I, desse documento.

2. Passivo

Conta Contábil	2022			2021			ÓRGÃO	
	150232	153163	ÓRGÃO	150232	153163	ÓRGÃO	AH	AV
211000000 OBRIG TRAB PREV ASS A PG CP	20.559.953,72	137.177.490,44	157.737.444,16	12.320.428,66	118.182.919,06	130.503.347,72	20,87%	12,72%
213000000 FORNECEDORES A PAGAR CP	-	42.326.660,26	42.326.660,26	-	28.725.396,66	28.725.396,66	N/A	3,41%
218000000 DEMAIS OBRIGAÇÕES CP	24.372.444,01	448.131.530,18	472.503.974,19	21.687.645,54	377.883.342,89	399.570.988,43	N/A	38,11%
220000000 OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-	-	-	-	4.283.938,32	4.283.938,32	-100%	0,00%
237000000 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.743.167,26	552.450.837,47	567.194.004,73	22.088.408,84	580.749.032,01	602.837.440,85	-5,91%	45,75%
TOTAL	59.675.564,99	1.180.086.518,35	1.239.762.083,34	56.096.483,04	1.109.824.628,94	1.165.921.111,98	6,33%	100%

Fonte: Siafi2022 e 2021

Nota-se, com base nessas informações, que ocorreram variações bastante drásticas, em cada grupo do passivo. Analisando-se as contas, de forma mais pormenorizada, temos, a seguir.

2.1. Passivo circulante

Nesse grupo, são evidenciados compromissos com prazo de exigibilidade posterior ao final do exercício subsequente. As principais variações são apresentadas na sequência.

2.1.1. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist. a pagar a curto prazo

Apesar de haver um aumento de 20,87%, nesse grupo, em relação ao ano anterior, isso se deve mais ao momento em que a maior parte dos servidores optou por receber antecipações de férias e de gratificação natalina do que a um aumento de fato, nos gastos com pessoal. Na verdade, se observarmos os valores constantes na Demonstração de Variações Patrimoniais, o que se observa é uma redução dos gastos com folha de pagamento na ordem de 4,97%. Ou seja, o aumento do saldo em contas do passivo representa, no caso em tela, apenas a variação dos valores relativos à folha de dezembro de cada ano, que figura como obrigação a ser paga logo no início do ano seguinte.

2.1.2. Fornecedores

Houve pouca mudança, no que se refere ao saldo pendente de pagamento, no final de 2022, em relação ao mesmo período de 2021, um acréscimo de apenas 3,41%. Dentro desse grupo, dois fornecedores se destacam: Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina, com 55,8% de participação no saldo, e Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária, com 26,16. São valores aguardando pagamento, ou seja, já superada a etapa da liquidação do empenho, mas que estão dentro do prazo normal e para os quais existe recursos financeiros disponíveis. Mas, não são apenas valores a pagar decorrentes da execução orçamentária que estão evidenciados nesse grupo.

Em decorrência do reconhecimento por competência de obrigações, foi registrado, no final de 2022, um passivo sem cobertura orçamentária, no montante de R\$

3.722.950,15, em favor de Celesc Distribuição S.A., sendo R\$ 3.706.863,45, relativo ao fornecimento de energia elétrica, e R\$ 16.086,70, relativo à taxa COSIP. Esses valores foram obtidos tendo por base levantamento feito em conjunto pelo Departamento de Projetos, Contratos e Convênios (DPC) e pela Superintendência de Orçamento, apurando a diferença entre as faturas em aberto (set, out, nov e dez/22), a título de energia elétrica e COSIP, e os saldos dos respectivos empenhos.

2.1.3. Demais obrigações a curto prazo

As maiores variações nesse grupo são nas contas relativas a retenções em folha de pagamento, provavelmente decorrente do maior número de pedidos de adiantamentos de salário e de gratificação natalina, em relação ao exercício anterior. Porém essas contas são pouco representativas, mesmo dentro do grupo a que pertencem.

A maior influência ocorreu na conta 218920600 Transferências financeiras a comprovar – TED. Essa conta representa quase 98% do total do grupo e aumentou 18,76%, de 2021 para 2022, fazendo com que o grupo variasse positivamente, na ordem de 38,11%. São valores transferidos de convênios, que estão pendentes, mas no prazo para execução ou para prestação de contas.

Ainda dentro desse grupo, vale destacar que a conta 218810402 Depósitos e cauções recebidos não está conciliada. Existem valores ali registrados que já foram sacados e cauções não registradas. Essa inconsistência foi ocasionada pela falta de envio de relatórios mensais acerca das cauções vigentes, situação que se pretende solucionar no decorrer de 2023, uma vez que essa rotina não existe, atualmente.

Fruto, também, da inexistência de relatórios de fechamento mensal, valores relativos a precatórios de terceiros foram baixados, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mas informações a respeito da razão dessa baixa não foram entregues à contabilidade. A Procuradoria Federal da UFSC foi acionada, para dar informações a respeito desse fato, mas não respondeu ao e-mail, até o encerramento do prazo para a publicação das demonstrações contábeis e das notas explicativas.

2.2. Passivo não circulante

2.2.1. Obrigações Trabalhistas, Previdenciários e Assist. a pagar a longo prazo

Essa conta evidencia, nos exercícios comparados, precatórios de pessoal e de terceiros, que tiveram seus saldos integralmente baixados, no exercício de 2022, como aconteceu também com os precatórios de curto prazo. A baixa foi feita, como já dito, pelo TRF4, mas não foi encaminhada para a contabilidade a documentação que explica e comprova o fato. Nem tampouco houve comunicação por parte da Procuradoria Federal da UFSC. Aliás, não há, atualmente, rotina de envio de informações sobre dívida ativa, sobre passivos contingentes e sobre precatórios, por parte da Procuradoria Federal da UFSC, o que está em desacordo com as exigências estabelecidas na Portaria nº 40/2015, da Advocacia-Geral da União, e na Portaria Conjunta STN/PGR nº 8/2015, que

regulamntam o envio de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.

2.3. Patrimônio Líquido e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta um erro de sistema, na conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que distorceu o real valor da conta, no exercício de 2022. Parte do saldo dessa conta foi mostrada, na DMPL gerada no SIAFIweb, na conta Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos. Com isso, essa demonstração subavalia a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores em R\$ 8.739.380,69.

Mas, a conta que apresenta saldo indevido não foi superavaliada no mesmo montante, o que seria o esperado, uma vez que houve um erro de sistema que atribuiu parte dos lançamentos a um grupo que, na realidade, não teve movimentação. Essa mesma conta foi majorada em R\$ 321.589,74, fazendo com que o saldo final dessa conta (que deveria nem ter saldo) afetasse o saldo final também do Patrimônio Líquido, na DMPL, causando uma superavaliação de R\$ 321.589,74. Essa incongruência representa, claramente, um erro de sistema, pois tais valores não correspondem aos apresentados nas demais Demonstrações Contábeis nem aos saldos constantes no razão de cada conta, no SIAFI.

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais aumentativas tiveram uma redução de 5,57%, em 2022, quando comparado com o ano anterior. Já as variações patrimoniais diminutivas tiveram uma redução menor, de 3,08%. Com isso, houve uma redução de R\$ 138.182.153,33, no total das receitas, mas a redução no total de despesas foi de apenas R\$ 77.273.952,10.

Desta forma, considerando apenas as variações nas receitas e nas despesas, já se observa uma piora na situação do resultado, quando comparado ao exercício de 2021. Ocorre que, naquele ano, já havia uma situação em que as despesas superavam as receitas em 1,25%, resultando num prejuízo de R\$ 30.953.098,35. O aumento na desigualdade entre variações patrimoniais aumentativas e diminutivas (3,92%), em 2022, agravou a situação na ordem de R\$ 60.908.201,23, ou seja, aumentou o prejuízo nesse montante, quando comparado ao exercício anterior, resultando num prejuízo do exercício de R\$ 91.861.299,58.

Esse prejuízo está, no entanto, subavaliado, muito provavelmente. Se, por um lado, existem indícios de que receitas não estejam sendo reconhecidas, por ausência do envio de informações sobre dívida ativa por parte da Procuradoria Federal da UFSC (vide nota explicativa 2.2.1), existem rotinas que não estão sendo executadas, tais como depreciação e amortização, e as despesas decorrentes não estão sendo contabilizadas. Por mais que não se possa afirmar que as despesas atualmente não reconhecidas

superem as receitas também não registradas, essa é a hipótese mais provável, como se verá nas próximas notas explicativas.

3.1. Depreciação, amortização e exaustão

As rotinas de depreciação, amortização e exaustão não estão, como já informado, sendo realizadas, atualmente, exceto no caso dos bens imóveis e somente para aqueles já registrados no SPIUNet. Maiores informações sobre as razões podem ser obtidas no item 3, g), da parte I, desse documento, e nas notas explicativas 1.2.2.1, 1.2.2.2 e 1.2.3.

Portanto, as variações da conta de depreciação não refletem a real situação dos bens do ativo permanente. Apesar da correção na rotina de depreciação dos bens imóveis (como explicado no segundo parágrafo da nota explicativa 1.2.2.2), a depreciação que está sendo reconhecida diz respeito apenas aos bens imóveis registrados no SPIUNet. Contudo, existem várias obras já concluídas, mas que não foram incorporadas, ou seja, não estão registradas como bens de uso especial, no ativo da instituição. Isso ocorre porque não foram baixados os saldos de obras em andamento, com o consequente registro dos bens no SPIUNet, conforme relatado na nota explicativa 1.2.2.2. Essa inconsistência provoca a subavaliação da conta de depreciação acumulada e também da respectiva despesa de depreciação, em montante não conhecido.

3.2. Reavaliação e redução a valor recuperável

Pelas mesmas razões apontadas em outras notas explicativas, as rotinas de reavaliação e redução a valor recuperável não estão implementadas. A falta de emissão de RMB é apenas uma das manifestações de outras falhas no controle interno. O setor de patrimônio não dispõe de equipe ou de arcabouço para viabilizar a reavaliação dos bens móveis, sendo essa a razão, inclusive, de os bens anteriores a 2010 não terem sido incluídos na rotina de depreciação, em 2015. Com isso, os valores evidenciados nas contas de bens móveis, bens imóveis e intangível estão subavaliados ou superavaliados, em montante não conhecido.

3.3. Provisões

As provisões que estão sendo realizadas são aquelas decorrentes da folha de pagamento, como provisão para férias e para 13º salário. Outras provisões não estão sendo reconhecidas, como consequência de falhas nos controles internos. Como exemplo, provisões para perdas no recebimento de receitas não estão sendo calculadas e contabilizadas porque as receitas próprias (principalmente aluguéis) não estão sendo reconhecidas por competência, como explicado no item 3, m), da parte I, desse documento. Também não estão sendo calculadas provisões para riscos judiciais (ver notas explicativas 2.1.3 e 2.2.1), o que significa que algumas contas do ativo estão superavaliadas e algumas contas do passivo estão subavaliadas, em montante não conhecido.